



# Anais da Assembléia

Nº 44

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 1989

ANO XV

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 36.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1989  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Hermas Brandão e Raul Lopes.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (50). Achar-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer e Homero Oguido (02). Achar-se em licença os Srs. Deputados: Antônio Annibelli e Artagão Mattos Leão (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, para discutir.

Eu só queria indagar ao 2º Secretário que no início da leitura da Ata ele pronunciou a data da Ata realizada na sessão de 30 de abril. Eu só queria a confirmação, se é 30 de abril ou 30 de maio, que

foi ontem.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Raul Lopes) - É 30 de maio, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios:

Sob os nº DTL/SAT/53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 68/89, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os seguintes Projetos de Lei:

140/88:

Do PODER EXECUTIVO, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município da Lapa, o imóvel rural que especifica, situado no lugar denominado Rozeta Quarteirão Lagoão, o qual convertido em Lei tomou o nº 8972. - Anote-se. Arquive-se.

214/88:

Do Sr. Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE TAROBÁ, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8973. - Anote-se. Arquive-se.

282/88:

Do PODER EXECUTIVO, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Lutu, os lotes de terrenos que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 8974. - Anote-se. Arquive-se.

287/88:

Do Sr. Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao maestro Alceo Bocchino, o qual convertido em Lei tomou o nº 8975. - Anote-se. Arquive-se.

310/88:

Do Sr. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Benedito Rodrigues dos Santos, o qual convertido em Lei tomou o nº 8976. - Anote-se. Arquive-se.

195/88:

Do Sr. Deputado DIRCEU MANFRINATO,

declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE CIANORTE - APROMAC, com sede na cidade de Cianorte, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 8977. - Anote-se. Arquite-se.

215/88:

Do Sr. Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JOSÉ GERALDO BRAGA, com sede e foro em Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n° 8978. - Anote-se. Arquite-se.

298/88:

Do Sr. Deputado NESTOR BAPTISTA, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede no Município de Antonina, o qual convertido em Lei tomou o n° 8979. - Anote-se. Arquite-se.

254/88:

Do Sr. Deputado NESTOR BAPTISTA, declara de Utilidade Pública a UNIÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS UNIVERSITÁRIOS - UNISERVI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 8980. - Anote-se. Arquite-se.

256/88:

Do PODER EXECUTIVO, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhas o terreno urbano que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 8981. - Anote-se. Arquite-se.

290/88:

Do Sr. Deputado FERRARI JÚNIOR, denomina "Esmeralda Moreno de Carvalho" a Escola Estadual localizada no Jardim São Silvestre, na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n° 8982. - Anote-se. Arquite-se.

295/87:

Do Sr. Deputado PEDRO TONELLI, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1° DE JULHO, na cidade de Curitiba, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8983. - Anote-se. Arquite-se.

317/88:

Do Sr. Deputado PAULO FURIATTI, declara de Utilidade Pública a ORGANIZAÇÃO ECOCATU OBY PRÓ-NATUREZA, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 8984. - Anote-se. Arquite-se.

286/88:

Dos Srs. Deputados ORLANDO PESSUTI e ANTÔNIO COSTENARO NETO, denomina de "Rodovia Dom Romeu Alberti", o trecho da Rodovia PR-170, compreendido entre a BR-272 à BR-369, o qual convertido em Lei tomou o n° 8985. - Anote-se. Arquite-se.

013/89:

Do PODER EXECUTIVO, extingue a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 8986. - Anote-se. Arquite-se.

Sob o n° DIL/SAT/CC 67/89, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei n° 153/88, tendo em vista que o art. 30, inciso IV, da Constituição Federal, dispõe que compete aos Municípios "criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual." - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DIL/SAT/CC 52/89, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n° 199/88, tendo o veto incidido sobre seu art. 2° que, muito vago e desprovido de qualquer finalidade prática, não é exequível e, portanto, contrário aos superiores interesses do Estado. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° 254/89, do Sr. Desembargador ABRÃO MIGUEL, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que altera a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n° 7297, de 08 de janeiro de 1980, e adota outras providências, o qual foi elaborado pela Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e aprovado em Sessão Plenária do Tribunal de Justiça. - Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão para os Projetos de Lei n° 206/86, 58/87 e 133/87, constantes da Ordem do Dia desta sessão, respectivamente, itens n° 13, 14 e 15.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 1034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 271/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, quarta, em 31.05.89

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTRÔNIO GERÔNIO BORBA, ocorrido em 10 de maio p.p., na cidade de Guaratuba.

Sala das Sessões em 31.05.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Antônio Gerônimo Borba, funcionário aposentado do DER, deixa como patrimônio aos 67 anos de idade, o esforço e dedicação ao trabalho, bem como o exemplo de honradez que sempre marcou sua vida.

O desaparecimento entristeceu a comunidade de Guaratuba, onde possuía estreitas ligações e era admirado pela sua conduta de homem de bem.

Deixa viúva a Sra. Marina dos Santos Borba, três filhos e 7 netos.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário, seja dada ciência à família enlutada, sito à Rua Ana Ciupka, 55, Campina do Siqueira, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1005

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais e, com base no art. 134, § 1°, inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Padre NICOLAU BALTAZAR PRZYBYCIEN, ocorrido no dia de ontem, na cidade de Castro - PR.

O extinto tinha 73 anos e era natural da Colônia Muricy, Município de São José dos Pinhais, pertencendo atualmente à diocese de Castro.

Em 1926 iniciou no Seminário dos Padres do Verbo Divino, em Antônio Carlos - MG.

Ainda menor de idade foi para São Paulo fazer o noviciado e posteriormente seguiu para Roma cursar Teologia na Universidade Gregoriana.

De retorno ao Brasil, em 1938, esteve por um ano no Rio Grande do Sul, até ordenar-se como sacerdote.

No período de 1940 a 1942, esteve em União da Vitória como coadjunto, nomeado pelo Bispo Dom Antônio Mazzarotto, da Catedral de Ponta Grossa.

Em 11 de novembro de 1943, chegou à Paróquia Sant'Ana de Castro, onde até a presente data vinha sendo o incansável vigário que não media esforços para atender a todos os locais pertencentes ao Município.

Muito conhecido e querido pela comunidade castrense, tendo lá comemorado seu cinquentenário de sacerdócio, sua repentina partida deixa uma grande lacuna, entristecendo os corações que com ele conviviam.

Requeiro que cópia deste expediente, seja encaminhada à Diocese e ao Prefeito Municipal da cidade de Castro-PR.

Sala das Sessões em 31.05.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO N° 1009

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, propõe à Casa, ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ROMEU DALDEGAN, ocorrido ontem, nesta Capital.

Romeu Daldegan era um dos mais respeitados e estimados jornalistas profissionais do Paraná, tendo exercido por muitos anos funções na Gazeta do Povo de Curitiba. Representando sua comunidade profissional, Daldegan foi ainda Juiz Classista da Justiça do Trabalho, chegando ao elevado cargo de membro do Tribunal Regional do Trabalho, como representante da classe dos jornalistas.

Casado com a Sra. Miriam Daitchmann Daldegan, deixa os filhos Mônica e Jamil.

O falecimento de Romeu Daldegan aos 50 anos de idade, deixa uma lacuna no jornalismo paranaense, justificando essa manifestação de pesar do povo reunido em Assembléia.

Sala das Sessões em 31.05.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1033

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. NÍCIA ALVES DOS SANTOS, ocorrido em Maringá, dia 28.05.89.

A extinta contava com 65 anos, casada com o Sr. Tiago Alves dos Santos, mãe de 9 filhos, sendo que um deles trata-se do ilustre Deputado José Alves, brilhante representante da região de Maringá.

O fato abalou de forma profunda a sociedade maringense, onde conquistou um grande número de amigos e viveu cercada de seus parentes e demais moradores.

Desta decisão requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Cecília Meirelles, 180, Vila Esperança, 87.060, Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 1011

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento no dia 29 último, nesta Capital, do jornalista IRONE SANTOS.

gente paranaense e justifica amplamente o voto de homenagem que apresentamos.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

#### REQUERIMENTO N° 1006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de um voto de congratulações pelo transcurso do 18° aniversário de fundação do jornal "Tribuna da Cidade", de Apucarana.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento do presente à direção do referido jornal.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

#### JUSTIFICATIVA:

A "Tribuna da Cidade", é, hoje, um dos grandes órgãos da imprensa paranaense.

No Vale do Ivaí, principalmente, exerce função de excepcional relevância, como órgão oficial de muitos municípios e como elo de ligação de todos eles.

É justo, pois, que, reconhecendo o valor dessa publicação e a dedicação de seus diretores e funcionários, expresse esta Casa suas congratulações pelos 18 anos de atividades da "Tribuna". E é o que pretendemos com este requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 1007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos de hoje de voto de congratulações ao Município de Corumbataí do Sul, pela passagem, no último dia 27, do segundo ano de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os Vereadores daquele município, como expressão do Poder Legislativo Paranaense, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala de Sessões, em 31.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de louvor à Antropóloga brasileira Mary Alegretti, pelo recebimento da medalha "Better World Society", no dia 24 de maio próximo passado, em Washington.

Requer, ainda, que da decisão seja informada a Antropóloga Mary Alegretti e o Instituto de Pesquisas Amazônicas.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O trabalho da antropóloga brasileira Mary Alegretti para que se cumpra a atual legislação, no que se refere à preservação do meio ambiente, tem sido notável.

Essa mulher forte e decidida tem lutado para que o Congresso dedique toda a atenção ao "Programa Nossa Natureza".

Tendo iniciado suas atividades junto ao movimento dos seringueiros, ao lado de Chico Mendes, prestou assessoria aos programas de educação nos seringais.

Os encontros da categoria, no Acre e do Sindicato dos trabalhadores Rurais na Amazônia, também fazem parte do seu currículo.

Integrou as comissões que definiram as propostas para a criação das reservas extrativistas em 1985, intermediando as negociações entre as entidades de trabalhadores e os órgãos do governo.

Divulgou as idéias preservacionistas dos seringueiros e foi elo de ligação entre os Sindicatos e Associações e a imprensa.

Elaborou o projeto de criação de reservas extrativistas no Acre, em Rondônia e no Amapá, respeitando as proposições dos próprios seringueiros, e os estudos realizados para tal criação estão apresentando os primeiros resultados, envolvendo o INCRA, o Conselho Nacional dos Seringueiros e outros órgãos do Governo.

No Amapá três áreas já foram desapropriadas para a criação de reservas, num total de 323 mil hectares e que abrigarão por 30 anos, cerca de 1068 famílias em regime de concessão de uso, mas não de propriedade.

No Brasil seu trabalho não tem sido louvado especialmente no Paraná, cuja capital Curitiba, sedia o Instituto de Pesquisas Amazônicas, entretanto durante um Seminário do Banco Interamericano de Desenvolvimento, foi homenageada e teve o seu trabalho, bem como do Instituto que preside, reconhecido.

A antropóloga Mary Alegretti, nossas homenagens.

#### REQUERIMENTO N° 999

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito o asfaltamento urgente do trecho que liga o Município de Dois Vizinhos - PR ao distrito de Boa Esperança do Iguaçu, localizado no Município de Dois Vizinhos - PR.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, dan-

Irone Santos, jornalista, colunista de futebol amador, faleceu aos 63 anos de idade, vítima de uma parada cardíaca.

Com mais de 50 anos dedicados à comunicação, Irone Santos viu seu trabalho ser reconhecido este ano, quando, por iniciativa do Vereador Jairo Marcelino, foi indicado para receber o Título de Cidadão Honorário de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados à cidade.

No último dia 29 de março, data da fundação de Curitiba, foi um dos agraciados pela Câmara Municipal da cidade.

Aos 12 anos de idade, Irone Santos já estreava no rádio, integrando o então famoso "Regional da B-2", liderado, à época, por Janguito. Mais tarde transferiu-se para São Paulo, onde dividiu seu tempo entre o futebol e a vida artística. Sempre pela direita, ora como meia, ora como ponta, atuou em diversos times: Juventus e Brithânia, no Paraná, Palmeiras, São Bento de Sorocaba, União de Mogi das Cruzes e Linense, em São Paulo, até encerrar a sua carreira, em 1955, de volta ao Paraná, no Poty.

Ainda na década de 40, já era sondado para jogar na Europa.

Seus últimos 27 anos foram dedicados ao jornalismo. Durante 25 deles, esteve na "Tribuna do Paraná" e no "O Estado do Paraná", e há dois anos, escrevia para o Correio de Notícias.

O passamento de Irone Santos abriu uma grande lacuna na vida esportiva e jornalística do Paraná, difícil de ser preenchida.

Todos nós que convivemos, admiramos e aprendemos alguma coisa com o amigo Irone Santos, devemos-lhe este voto de gratidão, ora expresso através do Poder Legislativo.

Ao descansar do patriarca, receba a família enlutada os mais sinceros e respeitosos votos de condolências desta Casa.

Que do teor do presente, se dê ciência à família enlutada à Rua José Flori, 70, Bom Retiro.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Sr. Paulo Cruz Pimentel, pela posse como Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná, ocorrido no dia 29 do corrente.

Solicitamos que seja dada ciência ao Sr. Paulo Cruz Pimentel, aos jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, do conteúdo do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

#### REQUERIMENTO N° 993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela posse da nova Diretoria da Casa da Estudante Universitária de Curitiba, a realizar-se em 02 de junho do corrente, às 20 horas à Rua General Carneiro, 360, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência àquela entidade.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela comemoração do 18° aniversário do jornal Tribuna da Cidade, comemorado em 30.05.89, face ter sua fundação se efetivado neste dia, no ano de 1971.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às pessoas relacionadas, Mui Dignos Diretores daquele jornal:

- UMBERTO BASTOS SACCHELLI
- NILSON ALVES RIBEIRO
- CLIDENOR JOSÉ SANTOS MORAIS
- UMBERTO CILLÃO SACCHELLI

Rua Gastão Vidigal, 760, Caixa Postal 749, 86.800, Apucarana-PR.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais da presente sessão, voto de congratulações ao jornalista Calil Simão, pelo 31° aniversário de atividades jornalísticas no Estado do Paraná.

Requer mais, que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento ao homenageado no seguinte endereço: Travessa Itararé, 43, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

O homenageado, homem de grande destaque no jornalismo paranaense, completa 31 anos de brilhante carreira jornalística onde sempre primou pela dedicação das coisas de sua terra, amando o seu povo. Sua atuação sempre dedicada ao engrandecimento do Paraná lhe granjeou projeção nacional e admiração de todos aqueles que privam de seu convívio.

Sua visão jornalística, a sensibilidade humana, o respeito que empresta à sua atividade, orgulha a tradição cultural da

do-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de TV do Sudoeste do Paraná, conforme relação anexa.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA:**

O Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, um dos mais populosos do Município de Dois Vizinhos - PR, está clamando pelo asfaltamento do trecho Dois Vizinhos a Boa Esperança do Iguaçu. Este asfaltamento trará e levará através dos seus trinta quilômetros, mais progresso ao interior do sudoeste paranaense. Esta ligação asfáltica beneficiará mais de treze pequenas comunidades que se localizam ao longo do trecho a ser asfaltado e reivindicam que a obra seja concluída, urgentemente, pois ela, trará benefícios consideráveis para todos os que residem e desenvolvem suas atividades na área rural. Por motivo bastante modesto pretendem através deste trecho vender, trocar, negociar e entregar seus produtos que variam entre; a avicultura, agricultura, pecuária e a suinocultura. Possibilitando assim, a locomoção entre Dois Vizinhos e Boa Esperança do Iguaçu, evitando atrasos que muitas vezes tornam-se onerosos.

A Secretaria de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais municípios com sua política avançada de transporte. Através deste, confiamos os investimentos neste setor, faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

**REQUERIMENTO N° 1000**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após, ouvido o Plenário, seja feito a Construção Urgente de Ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando o Município de Dois Vizinhos - PR passando pela localidade de Foz do Chopim ao Município de Quedas do Iguaçu - PR, viabilizando a ligação do Oeste ao Sudoeste. Passando pela Rota Internacional buscando assim, o Progresso através da BR-277.

Requer-se, também, que a decisão da Casa seja oficiado à Secretaria de Estado dos Transportes, dando-se ciência deste, ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional e aos demais jornais do Sudoeste do Paraná, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS, conforme relação anexa.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Dois Vizinhos, um dos mais populosos do Sudoeste Paranaense, tem urgência em resolver a situação calamitosa em que se encontra o estado de abandono, no que se refere a reconstrução da ponte sobre o rio Iguaçu, que deixou de ligar o Município de Dois Vizinhos passando por um dos distritos duovizinhense mais populosos, que é, Foz do Chopim. Há dez anos o Senhor Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, a população de Dois Vizinhos e região clamam pela reconstrução desta ponte sobre o rio Iguaçu, esta constatação para a reconstrução da ponte foi feita pelo próprio Governador do Estado do Paraná. Que comprovou "in loco" a necessidade premente da reconstrução da ponte, manifestando-se favorável, a medida fosse tomada entre as primeiras providências do seu Governo.

O objetivo de nosso requerimento que tem na súmula a Urgência da construção da ponte sobre o rio Iguaçu, que tem de um lado o Município de Dois Vizinhos e de outro lado o Município de Quedas do Iguaçu, e no seu meio de caminho uma ponte caída e a Rodovia PR-473, interrompida. Não queremos que isso se torne o muro de Berlim!

Portanto, o requerimento ora proposto, está embasado em compromisso anterior assumido pelo Governador do Estado do Paraná, em visita, ao pujante município sudoestino de Dois Vizinhos, não apenas para resgatar a expectativa da comunidade da região, mas também, para garantir a devida segurança da mesma no percurso da PR-473, que levará a travessia do Rio Iguaçu.

A Secretaria do Estado dos Transportes do Estado do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais municípios com sua política avançada de transporte. Através deste, confiamos os investimentos neste setor, faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

**REQUERIMENTO N° 1027**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente de cumprimentos às autoridades abaixo nominadas, pela inauguração do Centro Odontológico em Sarandi - PR, no último dia 29 do corrente mês.

1 - Prefeito Municipal de Sarandi, Hélio Gremes Pereira;

2 - Diretora do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Albertina Rico Mineli.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO N° 1002**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no



uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja marcada para o dia 22 de junho de 1989, às 15 horas e Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Senhor João Zenon de Ferreira Bandeira.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 1001

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado Moção de Aplauso ao Ilustríssimo Senhor Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Diretor Presidente do Conglomerado Banestado e ao Ilustríssimo Senhor Dorival Splenger Viana, Diretor de Comunicação e Marketing, da mesma organização bancária, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, tornando-se o banco estatal de maior conceito no território nacional.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### JUSTIFICATIVA:

O Banco do Estado do Paraná S/A, deverá num prazo de aproximadamente doze meses, garantir sua presença nos 136 municípios paranaenses e, ao mesmo tempo adquirir dimensões efetivamente nacionais com o objetivo de trazer o Banestado da 8ª colocação atualmente para a 5ª ou 6ª posição no ranking nacional pelo critério de captação de depósitos à vista. Está prevista a instalação de um total de 85 novas agências, das quais 31 fora do Paraná, localizadas nos principais mercados financeiros do país. O banco está presente em 250 municípios paranaenses e a meta primeira é estar em todos.

Para expandir nos outros estados o Banestado leva uma imagem de uma instituição com ótimo desempenho no balanço de 1988 quando chegou a um crescimento real de 11,56% no patrimônio líquido, atingindo a Cz\$ 11,3 milhões, o que corresponde a um aumento real de 21,99% em relação a 1987 em termos reais.

Para seus milhares de correntistas, principalmente os localizados nas grandes cidades do Paraná, o banco vai oferecer, a partir deste mês de junho, um novo serviço decorrente da sua modernização e informatização das agências. Será possível realizar saques de dinheiro ou depósitos em qualquer das agências interligadas pelo sistema "on line".

Com estes serviços o banco está realmente passando para um novo patamar em termos de atendimento bancário e atingindo o conceito do cliente que utiliza os serviços e as agências de todo um sistema e que deixa de ser o cliente apenas de uma

agência. Já automatizadas e integradas "on line" o banco possui hoje 70 agências e 41 postos de serviços e pretende chegar a 90 agências até o final do ano em curso, completando o número das chamadas estratégicas.

Somente em equipamentos o Banestado investiu, nos últimos 18 meses, algo em torno de 6 milhões de dólares e adquiriu, por exemplo, uma CPU AMDHAL 5890 tipo 190-E que dobrou a capacidade de processamento de informações de seus "mainframes". As novidades não param por aí: recentemente o Banestado adquiriu duas impressoras a laser que representam a última novidade tecnológica e que proporciona maior velocidade e menores custos.

Pelos motivos expostos e por outros, pois, seria impossível nominar a todos, é que solicitamos a aprovação deste por esta colenda Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de Ofícios ao Senhor Ministro da Previdência e ao Presidente do INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, solicitando informações relativas ao regime de pagamento dos Aposentados como Empregadores Rurais.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Em que pese o fato de, no geral, os previdenciários estarem recebendo seus proventos de acordo com tabela que vem sendo respeitada pelos agentes financeiros, os empregadores Rurais Aposentados não são tratados com a mesma deferência. Nos dias atuais o atraso alcança, em média, sessenta (60) dias e os interessados não recebem qualquer explicação dos órgãos pagadores; como não recebiam, em passado recente, quando tal atraso alcançava cerca de seis (6) meses - ou 180 dias. Ora, Senhores Deputados, todos conhecemos a verdadeira realidade da agricultura e como sofrem os que lavram, plantam e colhem ... para entregar seus produtos a preços aviltados que não provê sua subsistência. Essa gente cumpre o seu sagrado dever de plantar a comida que toda a sociedade consome não sendo justo, pois, que tenham seus direitos sonegados. O conceito de Empregado Rural não é o mesmo que de Empresário Rural, não havendo qualquer razão para a confusão das duas atividades. Como todos os previdenciários, o empregador rural aposentado merece ser assistido no seu sagrado direito de receber seus proventos - depois de tantos anos de dedicação.

#### REQUERIMENTO N° 987

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando que seja assegurado na Direção do Hospital Regional do Oeste, Cascavel, a participação dos Conselhos Municipais pertencentes aos Municípios membros da Região como Conselheiros.

Sala das Sessões em 31.05.89.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Em se tratando de Hospital Regional, não entendemos porque apenas o Conselho Municipal de Saúde de Cascavel participe do Conselho Administrativo. Para assegurar o caráter Regional do Hospital entendemos necessária a participação dos integrantes dos Conselhos Municipais de Saúde de toda a Região Oeste do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 989

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares da Silva, solicitação de viabilizar o funcionamento do poço artesiano de Guaiporã Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que o poço artesiano de Guaiporã, perfurado com a finalidade de proporcionar o abastecimento de água para o citado Distrito.

Todavia não se encontra ainda em funcionamento por não dispor de bomba para a sucção e do reservatório, problema existente já há muito tempo, trazendo grandes prejuízos à população local.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 990

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação asfáltica ligando os Distritos de Guaiporã a Jangada no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que a estrada ligando o Distrito de Guaiporã e Jangada no Município de Iporã, apresenta péssimas condições de tráfego, principalmente em épocas de chuvas quando seu leito carroçável fica quase que totalmente tomado pela erosão.

Por vários motivos é que a população da região solicita a pavimentação asfáltica ligando os Distritos, pois é um local de acesso à PR-323, na distância de 12 quilômetros, atendendo-se assim antiga e justa reivindicação da comunidade local.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado à população do Município, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 991

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social Rubens Bueno, solicitando a aquisição de uma ambulância.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que em muito irá beneficiar as crianças excepcionais atendidas pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, pois é grande o número de pessoas que abrigam em sua sede em Iporã, entre as quais destacamos o constante deslocamento das crianças para atendimento médico em hospitais, ambulatórios e clínicas, transporte esse é feito de modo precário em veículos cedidos por particulares, que não possuem mínima condição para tal atendimento.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 992

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário



de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social Rubens Bueno, solicitando a instalação de Creche em Guaiporã Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã pela natureza de sua economia essencialmente agrícola - congrega em sua população um contingente expressivo de bôias-frias, que habitam momentaneamente as sedes dos Distritos.

Considerando que o trabalho realizado por essa comunidade é essencialmente cíclico, vivem em períodos consideráveis do ano a expensas da Prefeitura.

Por esse motivo o atendimento de suas crianças acarreta grande preocupação à administração local, haja vista inexistir condições de acomodá-las com adequação.

Assim, urge seja construída uma creche, de forma a possibilitar possa o importante trabalho social da prefeitura ser executado de molde a atender seus objetivos.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago tal proposição a apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 996

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, solicitando apreciação à matéria que visa estabelecer gratificação de responsabilidade técnica, no valor de 100% sobre os vencimentos dos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, abrangidos pela Lei Federal n. 5.194/66.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal n. 5.194/66 regula as profissões das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, as quais estão sujeitas a Anotações de Responsabilidade Técnica, pelas atribuições exercidas conforme Lei Federal n. 6.496/77 que instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais das áreas referidas.

A gratificação no valor de 100% sobre os vencimentos dos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, abrangidos pela já citada Lei Federal (5.194/66) baseia-se na efetivação da responsabilidade técnica referida acima e por outro lado, na disparidade de vencimentos entre uma categoria e outras, conforme quadro anexo.

REQUERIMENTO N° 1024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Governador Álvaro Dias, enviando votos de louvor pelo lançamento do Projeto Diagnóstico de Aptidão Física do Paranaense, que aconteceu no dia 30 do corrente mês.

Sala das Sessões em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente enviando votos de louvor ao Tenente Coronel Moacir Lobo, Comandante do 5° Batalhão da Polícia Militar, extensivo a todos os integrantes, pela implantação do regime de policiamento integrando o trabalho do policial à comunidade, onde o policial realiza seu trabalho fazendo uso de uma motocicleta e cumpre um programa de visitas a diversos estabelecimentos da comunidade.

Sala das Sessões em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Mandaguáçu.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Jardim Olinda.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando à mesma a aquisição de duas (02) unidades de computador, modelo PC, acompanhadas de duas (02) impressoras, para atendimento ao curso de Contabilidade, do Colégio Estadual "Branca da Mota Fernandes", Ensino de 1° e 2° Graus, sediada no Município de Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O curso de contabilidade mantido pela Escola acima referida, solicita a aquisição dos computadores e seus periféricos, em razão de possuir projetos para melhoria da qualidade de ensino naquele estabelecimento, onde a informatização é de extrema importância, tendo em vista que o mercado exige hoje, como pré-requisito, experiência em manuseio de computador ao trabalhador dessa área. A escola possui em seu quadro funcional, professores altamente qualificados para ministrar aulas práticas com o uso de tais equipamentos, além de ter em sua instalação física, espaço suficiente para a instalação dos mesmos.

O signatário deste, entende que o Estado, ao oferecer cursos profissionalizantes, deve prever em seu orçamento materiais e recursos didático-pedagógicos para dar suporte ao ensino, além do que, um curso como de contabilidade, necessita que em seu currículo esteja programado disciplinas específicas que atendam às exigências do mercado de trabalho e, a informatização, neste caso, é de extrema importância, tendo em vista que desde empresas de pequeno porte até as maiores hoje processam suas informações através de computador, e o aluno precisa estar devidamente preparado para se inserir nesse contexto.

Juntamente com a solicitação dos alunos do Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes, o signatário deste, reafirma a necessidade da aquisição dos computadores e seus periféricos, onde 213 serão beneficiados imediatamente e outras centenas de alunos que ainda estão por cursar Contabi-

lidade, daqui em diante.

#### REQUERIMENTO N° 1016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Itambé.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Inajá.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, requerendo a implantação do regime de policiamento adotado pelo 5° BPM, para os principais municípios do Estado do Paraná:

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha;
2. Comandante da Polícia Militar do Paraná, Coronel Wantuil Borges da Silveira.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

A iniciativa louvável do 5º BPM (Londrina-PR), de implantar naquele município um regime de policiamento integrando o policial à comunidade, deve servir de exemplo e ser acatado pelas autoridades competentes, para a implantação em demais municípios do nosso Estado, tendo em vista que o uso da motocicleta, além da grande eficiência e eficácia, é um veículo de baixo custo para aquisição e para manutenção. A ronda policial efetuada com o uso desse veículo torna-se rápida e o policial pode cumprir um programa de visitas a diversos estabelecimentos (hospitais, bares, restaurantes, lanchonetes, casas noturnas), além da ronda normal nos bairros. Esse serviço pode ser integrado ao módulo policial existente em diversos pontos da cidade, atendendo inclusive a chamadas particulares.

## REQUERIMENTO N° 1020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a)LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 1021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o SOS - Serviço de Obras Assistenciais de Maringá.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a)LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 1022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a)LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 1023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Floresta.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a)LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 1025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Florai.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a)LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 1026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a)LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 1028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Astorga.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a)LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 1029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Cruzeiro do Sul.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para Município de Atalaia.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 125/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor OLAVO GODOY, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Olavo Godoy, agricultor e pecuarista, nascido a sete de novembro de 1913, em Campinas, São Paulo, é um dos mais autênticos filhos do Paraná.

Vivendo em Londrina desde os nove anos de idade, na Fazenda Santa Helena, demonstrou desde cedo seu amor à natureza.

Graças a esse amor, existe hoje a "Mata do Godoy", a última reserva de perobas rosas do País, onde mais de setenta espécies de pássaros, inclusive espécimes raros vivem em paz, dentre um incontável número de plantas tropicais típicas.

Combateu com fibra, desde pequeno, os caçadores e predadores da natureza.

Graças à sua perseverança e fidelidade aos seus próprios princípios, o Paraná tem hoje a relíquia ecológica "Mata do Godoy", uma área de 270 alqueires.

A "Mata do Godoy" vive graças à convicção, instinto de preservação e consciência ecológica de Olavo Godoy. Recentemente adquirida pelo Governo do Estado,

passará a ser nossa responsabilidade, da consciência de todos nós, o que foi o trabalho de toda uma vida.

O gesto desse paulista de nascimento, pioneiro do Paraná, paranaense de coração, precisa ser reconhecido publicamente, é o que fazemos ao lhe conceder esse título de cidadania.

#### PROJETO DE LEI N° 126/89

Art. 1° - Fica revogado o Art. 2° da Lei n° 8756 de 27 de abril de 1988.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.89

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulo Furiatti, João Arruda, Lindolfo Júnior, David Cheriegate, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Werner Wanderer, e uma ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de resgatar as prerrogativas atribuindo-as ao Poder Legislativo, faz-se necessário a apresentação desta proposta, visando retornar tal competência ao procedimento legal previsto na Constituição.

I inciso V do Art. 21 da Constituição Estadual prevê que:

"Art. 21 - Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador: ...

V - Criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes atribuições e vencimentos."

Justifica ainda a presente matéria do disposto no inciso I do Art. 47 da Constituição Estadual que compete privativamente ao Governador.

Art. 47 - ...

I - iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar.

Para a aprovação do presente, contamos com a anuência dos nobres Pares, desta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N° 127/89

Art. 1° - Fica criado o Município de Ângulo, desmembrado do Município de Iguaçu, com sede correspondente ao atual Distrito Judiciário e Administrativo, obedecendo as divisas seguintes:

1. Com o Município de Iguaçu;

Começa no Rio Pirapó, na foz do Ribeirão Valência, sobe por este até a foz do Córrego Jacinto, e por este acima até a Rodovia PR-218, segue pela rodovia no sentido da sede Distrital, até alcançar a Estrada Municipal IG-115 (também conhecida

como estrada Rubin Machado), na divisa das Fazendas Criciúma e São Giácomo, segue pela referida Estrada até alcançar o Espigão Mestre divisor das águas dos Rios Bandeirantes e Pirapó.

2. Com o Município de Santa Fé;

Começa no ponto de cruzamento da Estrada Municipal IG-115 (também conhecida como estrada Rubin Machado), com o Espigão Mestre divisor das águas dos Rios Bandeirantes e Pirapó, seguindo pelo referido espigão até alcançar a nascente do Ribeirão Comércio Expedicionário, descendo por este até alcançar o cruzamento da Estrada Boiadeira.

3. Com o Município de Flórida;

Começa no ponto de cruzamento da Estrada da Boiadeira com o Ribeirão Comércio Expedicionário, descendo por este até sua foz no Ribeirão Coqueiro, e por este até sua foz no Rio Pirapó.

4. Com o Município de Mandaguçu;

Começa na foz do Ribeirão Coqueiro no Rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Atlântico.

5. Com o Município de Maringá;

Começa na foz do Ribeirão Atlântico no Rio Pirapó, sobe até a foz do Ribeirão Valência.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ffinda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Lê): Algo inusitado se passa em nosso Estado e em nosso País. O Partido dos Trabalhadores, através de seu representante nesta Casa, parece ter se apropriado indebitamente da expressão que institucionalmente ostenta.

Deveria, isto sim, proclamar-se o "Partido dos Empregados sem Trabalho".

Ao criticar, desta tribuna, o movimento encetado por trabalhadores e empresários paranaenses, cujo lema nos incita ao Retorno à Produção, o nobre Deputado petista encarnou o desejo declarado e professado por significativa parcela de representados que militam em suas hostes, qual seja o de desfrutar da riqueza sem esforço para produzi-la. Daí, certamente, a ojeriza à conclamação de se retornar à produção. Porque produzir implica trabalho.

O discurso dos empresários, conforme explicitamente fica entendido em sua campanha, quer exatamente resgatar o valor

ético do trabalho.

Se a quem trabalha devem ser assegurados direitos, quem trabalha deve também ter o dever de prestá-lo, de realizá-lo. Esta concepção, afinal, remonta ao pensamento erigido pelo sociólogo Max Weber, que registrou "ser coisa certa procurar o sentido da vida no trabalho, na diligência e no cumprimento ao dever."

Não foi à toa que Adam Smith, antes de se debruçar na construção de seu famoso ensaio sobre a diferença da riqueza das Nações (cuja obra clássica denomina-se apropriadamente "A Riqueza das Nações"), escreveu, em 1759, uma alentada teoria dos sentimentos morais, que nada mais é do que um tratado sobre a ética e é notório que exatamente ética seja um elemento importante da temática do Brasil de hoje.

Daí, portanto, a indignação dos empresários, que também são dirigentes trabalhadores, claramente demonstrada em diversos trechos do seu manifesto.

Dizer que é cínica e insincera a declaração dos empresários, de que são a favor da recuperação dos salários é, no mínimo, menosprezar a capacidade que desenvolveram, até pelas referências a economias avançadas diariamente trazidas pelos meios de comunicação, para se conscientizar de que salário não é moeda de uma face só: ao mesmo tempo em que é custo de produção, é como renda, fator de demanda exercitada no mercado. Por isso agem os empresários do Paraná de maneira conseqüente e propõem, com os trabalhadores, negociações maduras e livres para construir um Brasil próspero, para caminhar no círculo venturoso da riqueza, segundo assinala com felicidade do texto do cartaz que fizeram distribuir.

O círculo vicioso da pobreza do qual pretendemos todos nos desvencilhar, é o resultado do populismo, da demagogia, da ideologia barata de pretender distribuir renda por decreto, de fixar salário por leis, de negociar salários inconseqüentemente, como o fazem as empresas estatais, por exemplo.

É muito fácil conceder aumentos salariais exorbitantes quando não se tem nenhum compromisso com os destinos de uma organização produtiva, quando se sabe, se o aumento concedido não puder ser repassado à tarifa ou preço e a empresa estatal começar a operar em prejuízo, o Tesouro vem lédido socorrê-la em suas necessidades de caixa, utilizando os recursos de toda a sociedade.

Não entender assim o recado trazido à reflexão pelos empresários paranaenses é desconhecer ou ignorar os fatos, dando somente asas à imaginação para desenhar realidades falsas e delas retirar proveito político pessoal.

Já que o PT se diz guardião dos interesses dos trabalhadores, porque até hoje não exercitou o seu poder de governar os governantes para saber do destino e da integridade dos recursos do FGTS, do PIS, do FINSOCIAL, DO IAPAS e de tantas outras siglas que infernizam a vida de quem trabalha e produz? O desafio também está lançado no manifesto.

E mais, é importante que o PT saiba dizer para seus adeptos, que exatamente pela ineficiência na aplicação desses recursos, pela falta de retorno desses recursos sob a forma de benefícios, o Estado que é governado pelos governantes que não têm ninguém que os governe continua insaciado e, por isso, pretende que a sociedade lhe mude mais e mais recursos e que esses recursos acabam faltando no bolso de quem trabalha ou acabam inflacionando os preços, e daí achatando o poder de compra dos trabalhadores. A equação é simples.

Não é a pretensão do PT de aproveitar a chance histórica de assumir a condição de governantes dos governos que há de ludibriar a sabedoria do cidadão comum. Ele entende perfeitamente que um governo do PT não significa que o próprio partido tenha assumido a condição de governante do governo petista.

Como não é atribuição de um só partido, nem tampouco monopólio de uma classe - aliás, parece ser intenção dos ideólogos do PT liquidificar as classes da sociedade brasileira, como que a estabelecer um confronto com o criador Supremo da natureza, que nos deu aptidões e capacidades distintas - não se há de negar o legítimo direito de os empresários lançarem a indagação de quem governa os governantes para que possamos todos retornar à produção.

A mensagem dos empresários paranaenses chegou a Garcia. Tanto que o nobre representante do PT se estimulou também a questionar sobre quem governa os governantes. Fique sabendo o nobre Deputado que também não é o empresário que permanece diuturnamente, atrás de seu balcão de trabalho, sem tempo portanto, de governar os governantes. Saiu de trás de seu balcão como recurso extremo, porque sentiu que o Governo continua insistindo, com choques econômicos, com planos mirabolantes, em tomar o seu posto atrás desse mesmo balcão.

O empresário tem o seu governante, que é o consumidor. Não precisa de outro governante, que não seja o consumidor, para dizer-lhe qual o preço do produto que vai vender.

Quando consegue vender o seu produto foi porque o consumidor o elegeu enquanto empresário que oferece qualidade e preço. Menosprezar a liberdade do consumidor de escolher produto, preço e qualidade e a

liberdade do empresário de produzir com preço e qualidade, é sepultar a democracia que se exercita, dia-a-dia, na sociedade capitalista.

O desrespeito a essas liberdades conduz ao desrespeito de tantas outras e forjam, por isso mesmo, uma sociedade rancozosa, cheia de ódios, de invejas, de procedimentos mesquinhos.

O que os verdadeiros trabalhadores e empresários do Paraná querem é uma sociedade plural, onde cada um contribua com sua aptidão, com sua capacidade, com seu talento, para a prosperidade comum.

Colaboremos, também nós, seus representantes políticos, para que possam ver atendido o seu desejo de "Retorno à Produção". Afinal, é nossa missão constitucional a de, como seus legítimos prepostos, governar os governantes."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Gernote Kirinus.

Havendo declinado, passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como Presidente da Comissão Especial de Investigação, que investiga o caso BADEP-PROMEPAR - Produtos Médicos do Paraná, eu venho à tribuna desta Casa, para explicar as conclusões do Relatório Final, aprovado hoje pela manhã, pela Comissão, relatório elaborado pelo Deputado Lauro Lobo Alcantara.

#### I - INTRODUÇÃO

(Lê): "Em face da gravidade dos fatos noticiados pela imprensa (edições dos Jornais "O Estado do Paraná" de 17 e 21.03.89 e de 02.04.89 e "Gazeta Mercantil" de 16.03.89), a propósito da falência da PROMEPAR - Produtos Médicos do Paraná, cujo síndico é o BANESTADO e o maior credor e único acionista, o BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, e de enérgico pronunciamento do Sr. Governador do Estado quanto à liberação em favor da empresa privada JCA - Representação e Administração Ltda., da importância que hoje representa a NCz\$ 4.265.525,49, cujo destinatário legal seria o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, via BADEP, o que gerou grande repercussão no meio social, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deliberou constituir Comissão Especial de Investigação (artigo 34 do seu



Regimento Interno), para convenientemente, elucidar os fatos por envolverem dinheiro público do referido Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Preteriu-se chegar à verdade dos fatos através de investigação própria, com a preocupação de respeitar, no entanto, a independência dos Juizes e a esfera de sua competência, em atenção ao princípio da separação dos poderes.

Não se preteriu, portanto, apurar ilícitos ou crimes com força de verdade legal, nem ensejar oportunidade de defesa às pessoas envolvidas.

Preteriu-se, isto sim, o controle político pelo Poder Legislativo de tão grave episódio, o que é pertinente ao regime democrático.

Nesta perspectiva, foi constituída a Comissão Parlamentar em apreço, que iniciou seus trabalhos em 04.04.89, vindo a encerrá-lo nesta data.

## II - QUESTÕES PRÉVIAS

Foram ouvidas as seguintes pessoas:

Dr. Blas Gomm, Procurador Jurídico do BADEP (fls. 06); Dr. Wagner Pacheco, Procurador Geral do Estado (fls. 38); Dr. Celso Sabóia, Presidente do BADEP (fls. 51); Dr. Carlos Alberto Dissenha, Promotor Designado para acompanhar o inquérito policial que investiga o episódio (fls. 83); Dr. Antônio Bassi, Promotor, ex-Curador da Vara de Falências (fls. 114); Sr. Iguatemi Batista de Carvalho, Perito do Juízo da Falência da PROMEPAR (fls. 158); Sr. Lauri Zilli, preposto do BANESTADO, Síndico da falência em apreço; Dr. Arnaldo Ferreira, Advogado da JCA-Administração e Representação Ltda., e seus colegas de escritório Dr. Cleon Cordeiro Ribas e Dr.<sup>a</sup> Sonia Maria Anrelink (fls. 152); Dr. Ivo Dyniewicz, Delegado da Delegacia de Crimes contra a Fazenda Pública, que preside o inquérito policial sobre os fatos em referência.

Juntou-se às peças dos autos da falência, pareceres técnico, contábil e jurídico.

Os depoimentos mostraram algumas contradições, algumas contradições que fizeram efetivamente a Comissão Especial de Investigação precisasse de informações técnicas e jurídicas. Estes foram os fatos constatados e deliberou-se a realizar as seguintes medidas: estudo técnico que permitisse resposta às seguintes questões do fato: Qual o crédito que o BADEP possuía junto à PROMEPAR em 29 de dezembro de 1982? Qual a parte desse crédito que foi objeto da subscrição de ações tratado na Assembleia Geral extraordinária? Qual o valor remanescente desse crédito no objeto da subscrição acima, esse valor remanescente coincide com o valor objeto das habilitações realizadas pelo BADEP nos autos

da falência da PROMEPAR? Nos créditos habilitados e recebidos pelo BADEP na falência da PROMEPAR, estava incluída aquela parte utilizada para subscrições das ações da PROMEPAR?

Ao Professor Arnoldo Wald coube examinar as questões e fundamentos do parecer do Promotor de Justiça, Dr. Antônio Bassi, que foram acolhidos com a razão de decidir pelo Juiz da 4.<sup>a</sup> Vara de Fazenda Pública, Dr. Leônidas Silva Filho, favoravelmente a liberação das sobras da falência para JCA. As dúvidas permaneciam porque o Promotor justificava que entendia que o levantamento dos recursos deveriam ser da JCA, em função de que o BADEP teria recebido todos os seus créditos. Os fatos apurados no estudo técnico contábil realizado pela empresa PRICE WATERHOUSE. A Comissão recorreu à idônea empresa de auditoria PRICE WATERHOUSE, para que através de estudo e análise dos documentos contábeis da PROMEPAR e do BADEP, bem como os constantes dos autos judiciais da falência em apreço deslindasse questão controvertida nos depoimentos colhidos, e no parecer do Ministério Público, no que tange ao montante dos créditos habilitados e recebidos pelo BADEP na falência, em especial, quanto a ter ou não ter recebido a parte do crédito que usara para subscrever ações da PROMEPAR por ocasião da Assembleia Geral.

Esclarece a PRICE WATERHOUSE: o BADEP possuía créditos em 29 de dezembro de 82 no montante de 4 bilhões, 123 milhões, 784 mil, 15 cruzados e 2 centavos, cruzeiros, eu digo, junto à PROMEPAR - Produtos Médicos do Paraná, referentes a contratos efetivamente firmados entre as partes, incluindo rendimentos financeiros e por mora, calculados em bases contratuais e em regime de competência.

Em 29 de dezembro de 1982, suportados por contrato de capitalização firmado entre o Banco e o acionista PROMEPAR - Produtos Médicos, e referenciado pela Assembleia, cuja ata correspondente foi registrada na Junta Comercial, foi capitalizado o montante de um bilhão e novecentos milhões de cruzeiros em nome do BADEP.

A PRICE WATERHOUSE esclarece ainda: o montante de dois bilhões e duzentos e vinte três milhões, não objeto da subscrição, remanesceu como crédito do BADEP.

A PROMEPAR requereu auto de falência em 23 de outubro de 1983, a qual foi decretada em 04 de novembro de 1983. Em 13 de dezembro, o BADEP habilitou-se nos autos de falência, a receber seis bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros, correspondente a oitocentas e setenta e três mil, duzentas e noventa e oito vírgula sessenta e seis ORIN's (873.298,66), que correspondia aos créditos remanescentes citados no quesito, atualizados mone-

tariamente e adicionados dos juros contratuais e de mora, desde 29 de dezembro de 1982 até 04 de novembro de 1983.

Os créditos objeto das habilitações realizadas pelo Banco nos autos de falência, no montante de seis bilhões, calculadas pela OTN remanescentes em 13 de dezembro de 1983, foram recebidos pelo Banco entre 19 de setembro e 19 de janeiro de 1988. Assim, no montante recebido pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná, não foi incluída a parcela de um bilhão, novecentos milhões de cruzeiros, objeto das subscrições das ações de 29 de dezembro.

Além do deslinde fundamental acima formulado, a PRICE oferece outros esclarecimentos que serviriam para a confecção do relatório.

O parecer jurídico do professor Arnaldo Wald: o professor Arnaldo Wald ao responder os quesitos formulados pela Comissão Especial de Investigações, assim se pronunciou: É erro grave reputar o sócio ou acionista da sociedade falida, falido também.

É ponto pacífico, desde sempre, que mesmo nas sociedades de responsabilidade ilimitada, os sócios ou acionistas não vão à falência quando a sociedade, da qual fazem parte, quebra pois, sócio e sociedade possuem personalidade e patrimônios próprios e autônomos, distintos e independentes.

Como se disse, mas convém reiterar, até mesmo nas sociedades cujos sócios respondem solidariamente pelos débitos sociais, esses sócios não são considerados falidos".

Em síntese: em qualquer sociedade comercial, mesmo nas de responsabilidade ilimitada, a falência da sociedade não acarreta a falência do sócio. Nas sociedades anônimas, sociedade de responsabilidade limitada por excelência, jamais a falência da sociedade acarretará a falência do acionista."

E esta foi a interpretação da Justiça, para liberar cerca de quatro milhões de cruzados novos, a dinheiro de hoje, para o Sr. João Conrado Mesquita. Na interpretação de que a falência da sociedade acarreta a falência do acionista, o que não é correspondente ao parecer do nobre jurista.

Arremata o professor Arnaldo Wald: "Em consequência, é erro crasso afirmar que o "acionista" João Conrado Mesquita foi "elevado" à condição de falido" pela sentença declaratória, pois, repita-se em conclusão: Quem foi à falência foi a PROMEPAR, jamais o seu acionista JOÃO CONRADO MESQUITA".

Pelo exposto, o pedido de JCA nos autos da falência da PROMEPAR, deveria ter sido indeferido, porquanto: (a) JCA não

foi à falência, pois acionista da empresa falida não é reputado falido; (b) JCA e PROMEPAR têm existência e patrimônios próprios, separados, autônomos, independentes; (c) o saldo remanescente da falência só poderia ter sido entregue pelo síndico à falida, com autorização expressa do juízo da falência."

Quanto à possibilidade do BADEF subscrever as ações da PROMEPAR, através parte de seus créditos junto à emissora, bem como na condição de acionista poder receber seus créditos na falência da sociedade, assim esclarece o professor Arnaldo Wald:

"O BADEF, credor da PROMEPAR, poderia com fundamento, no artigo 171 § 2º, da Lei nº 6.404/76, subscrever o aumento do capital social deliberado pela 4ª AGE passando, então, a ostentar dupla qualidade; a de acionista, em decorrência da subscrição, e a de credor, pelo remanescente de seus créditos, ficando, então naquela oportunidade, o capital social da PROMEPAR dividido entre o BADEF, titular de 91,62% das ações, e JCA, titular dos 8,38%.

A propósito da pergunta feita por essa Comissão Parlamentar quanto à correção e juridicidade do Parecer do Ministério Público, subscrito pelo Promotor Antonio Bassi, assim manifestou-se o Professor ARNOLDO WALD:

"O parecer de fls. 1624 e dos autos da falência padece, data vênua, dos defeitos apontados no relatório.

"Destarte, durante o processo falimentar o saldo de falência deveria ter sido entregue à PROMEPAR; depois de realizada a AGE da falida, ser entregue ao BADEF.

"É erro grave reputar o sócio ou acionista de sociedade falida, falido também."

E para terminar, ao responder sobre existir ou não hipótese que se justificaria a liberação de tais recursos em favor da JCA, que não era mais acionista da falida o professor conclui:

"Não. Em hipótese alguma a JCA poderia levantar o saldo remanescente da falência da PROMEPAR, que deveria "ex vi legis" ser entregue à falida para, posteriormente, em AGE deliberar o seu único sócio, o BADEF, o destino a dar ao saldo remanescente da falência, inclusive "com atribuição a ele próprio."

Diante dessa realidade fática e jurídica a Comissão Parlamentar subscreveu o relatório com conclusões.

O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ - FDE, em razão do levantamento das sobras da falência pela JCA Administração e Representação Ltda, sofreu o vultoso prejuízo que na presente data soma R\$ 2.016.416,00 (dois milhões, dezesseis mil e quatrocentos e dezesseis cruzados

novos).

Este prejuízo não resultou da ação administrativa do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP que, com relação ao episódio, promoveu os esforços com vistas à recuperação de tais recursos.

O Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, na condição de Síndico da Massa falida da PROMEPAR, cumpriu com zelo e proficiência as tarefas pertinentes ao seu cargo;

O levantamento de tal importância se deu por decisão judicial que acolheu Parecer do Promotor Antonio Bassi. Este parecer incorreu em erros grosseiros, nos termos do Parecer do Professor e Jurista ARNOLDO WALD e, se fez contra a verdade sabida e existente nos autos, nos termos do Parecer Técnico da Price Waterhouse e do depoimento do Perito Judicial da Falência, Senhor Iguatemi Batista de Carvalho.

Essas conclusões são relevantes para o exame da ação político-administrativa que o episódio envolve e que ao Poder Legislativo cumpre avaliar, sem que isto venha a violar a independência e autonomia dos Poderes.

Essa comissão delibera, para conhecimento e providências que julguem necessárias, encaminhar cópia do presente relatório com as peças que o instruem, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral de Justiça.

Por final, delibera proceder o mesmo encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, para dizer da existência de ilícito administrativo ou criminal e execução das medidas cabíveis no âmbito de suas atribuições.

(Termina de ler)

Era isso Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDT. (Declina).

Consulta à Liderança do PDS. (Declina).

Consulta à Liderança do PDC. (Declina).

Consulta à Liderança do PFL. (Declina).

Consulta à Liderança do PTN. (Declina).

Consulta à Liderança do PTB. (Declina).

Consulta à Liderança do PL.

Com a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente,

Srs. Deputados.

Já ocupamos por diversas vezes esta tribuna, para ressaltar os problemas que a agricultura vem enfrentando ao longo do tempo. E esta fase que pode ser considerada das piores nos traz de volta para, em alto e bom som, dizer presente e fazer o pedido aos setores competentes do Governo Federal, e faremos através dos canais competentes desta Assembléia Legislativa nosso apelo direto às autoridades competentes neste sentido.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aos problemas que estão atravessando os produtores do trigo, em função do Governo pecar pela não adoção de uma política agrícola no setor, colocando em risco a continuidade da produção, cujo sistema foi erigido a duras penas.

O produtor de trigo se encontra no impasse com relação à cultura, que já deve ser implantada em junho. O preço do produto foi fixado em cento e setenta e um cruzados novos por tonelada, em decorrência do orçamento aprovado para sua aquisição, o que tem gerado grande insatisfação dos produtores, entre os quais dos associados da Cooperativa Mista de Entre Rios/Guaraçuvaia.

A região tem os maiores índices de produtividade do Brasil, em razão da alta tecnologia aplicada, já tendo, inclusive, atingido o marco histórico de trinta e duas sacas por hectare, o que corresponde hoje, exatamente, ao desembolso que o produtor necessita fazer para implantar a cultura, sem considerar nesse desembolso de capital os encargos financeiros.

A situação, entretanto, é mais grave ainda se considerados os juros do crédito rural, que alcançam a taxa de 9% ao ano, enquanto os encargos e custeio complementar que os agricultores devem necessariamente contratar, segundo informações devem alcançar 18% ao mês.

Não podemos admitir que sejam penalizados aqueles que operam nesta tão importante área para o atendimento das necessidades humanas. O reajuste do preço do trigo ocorre pelo OPC.

Assim, através de uma conta elementar podemos concluir a que situação será levado o produtor até o final da safra.

Poucas alternativas restam aos produtores que vêm arcando sozinhos e há muito tempo com o ônus da indefinição da política econômica do Governo Federal.

A agricultura é a base da nossa economia, especialmente do Paraná. Mas nas condições em que se encontra hoje não tem como o produtor plantar sem perdas.

É hora de nos unirmos em torno desta causa, de pressionarmos o Governo para que adote medidas cabíveis antes que a nossa agricultura chegue ao caos total.

Não podemos nos omitir, uma vez que as soluções existem. A própria cooperativa de Entre Rios e outras cooperativas representantes da categoria já apresentaram aos setores competentes do Governo, já manifestaram a esta Assembléia Legislativa através de correspondência as idéias para a solução. A nós representantes do povo cabe somarmos a luta que está sendo empreendida pelos produtores para que reflitam sobre a questão fazendo uma revisão do preço mínimo do trigo, mediante uma suplementação orçamentária para tanto ou ainda que tomem medidas para conter as taxas de encargos a níveis compatíveis com a atividade agrícola. Isto é o mínimo que se pode fazer pelos produtores. Mas se o Governo não o fizer que pelo menos assuma claramente o objetivo de sua política para que o homem do campo possa tomar suas atitudes, pois se o Governo não quer que plante trigo que se pronuncie assumindo tal postura. Não obstante, que arque também os efeitos políticos decorrentes, já que estamos num ano essencialmente político.

Uma postura do Governo neste sentido deve ser urgente, pois caso contrário, a curto prazo a triticultura nacional estará falida e com ela a última possibilidade do Governo estabelecer sua credibilidade junto ao povo brasileiro.

Falo também em nome da reversão do quadro econômico de todo o país que depende, obviamente, da produção agrícola, principalmente do trigo.

Aproveito, finalmente, a oportunidade para propor que seja aprovada a medida provisória nº 55, sem admitir que seja modificada em prejuízo do produtor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra a presença em nosso Plenário do Sr. Edgard Ribeiro, Presidente da Câmara de Vereadores de Palmital, PDT.

Com a palavra o nobre representante do Partido dos Trabalhadores, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo está preocupado com a inflação de maio, com a inflação de junho e anuncia que a inflação de maio foi de, em torno de 10%. Diz ele também que está preocupado com o índice de inflação de junho que será superior aos 15% no mês.

Aqui caberia uma pergunta:

Será que é o salário dos servidores que é a causa da inflação?

Porque sempre se disse e se apregoa aos quatro ventos de que não dá para aumentar os salários do funcionalismo público porque o salário é que gera a inflação

do país e a inflação do Estado. Qual é que foi o aumento salarial que gerou inflação de maio e junho, se todos nós sabemos que os salários estão congelados desde janeiro do Plano Verão.

Por isso têm razão os funcionários públicos quando vão para greve. Não há poder no mundo que possa impedir os trabalhadores de lutarem quando são levados à miséria por uma política injusta e antipopular. Não há mentira no mundo todo que possa transformar um direito legítimo dos trabalhadores, numa ação voltada a desestabilizar o que quer que seja.

Nós estamos vivendo efetivamente um período difícil. O Governo sem uma política econômica condizente, sem apontar uma saída para a crise e ainda procura criar um clima artificial de baderna, ajudado pela ação de grupos de extrema direita porque não consegue conviver com a prática minimamente democrática.

Há mais de um mês a nossa Nação está vivendo sob o clima de bombas. Está vivendo sob um clima de atentados e ameaças.

Pronunciamentos oficiais de gosto quivioso, tudo para aumentar a intranquilidade da população e criar um sentimento nacional contra os trabalhadores e contra a população.

Há menos de uma semana a sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná foi invadida por desconhecidos, não roubaram nada, contentaram-se em destruir tudo que viam pela frente.

Nos últimos dias as unidades militares da 5ª Região Militar estão de prontidão devido a uma bomba mal explicada e tardiamente anunciada na unidade do exército de Ponta Grossa, aqui no nosso Estado do Paraná.

Nada se descobre, nada se investiga, nada se prova, mas tudo isso é necessário para criar a encenação própria de um governo que por ser contra o povo não tolera as normas democráticas. Não pode haver democracia econômica sem democracia política: a defesa do direito de greve hoje é essencial, não só porque esse direito é um dos componentes básicos da democracia mas, também, porque trata-se de único recurso que a classe trabalhadora tem para impedir a ruína deles próprios e do país.

Nesse momento de crise, todos os democratas desse país devem estar preocupados, devem estar atentos para não cair na armadilha da direita, na armadilha dos grupos minoritários e dos grupos dominantes que por vias, não aceitáveis, querem mais uma vez ter poder.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados é que nesta sexta-feira acontecerá na Câmara Municipal de Curitiba um encontro de suma importância, aonde os po-

líticos, as lideranças sindicais, as lideranças populares estão sendo convocadas para analisar e tomar posição diante da dificuldade, diante da encruzilhada que se estabelece nesse momento. E esperamos que, também, desse Parlamento que defende os princípios democráticos, lá estejam na Câmara Municipal na sexta-feira às 20 horas, para analisar, entender e nos posicionar para que o futuro do Brasil avance rumo à democracia, rumo à prática democrática e dizer um não ao autoritarismo e à imposição.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje que as galerias estão vazias, vou falar dos que estão ausentes e que sempre estiveram ausentes das galerias desta Casa, mas que representam com o seu suor e o seu trabalho, o esteio, a base, a fonte maior das riquezas do nosso Estado, cuja justa distribuição aqui ontem estava sendo discutida e debatida. Refiro-me Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao vilipendiado agricultor da mão calejada, com quem o Governo tem responsabilidade de lhe reservar uma parte das riquezas que ele gera, e lhe alcançar um posto de saúde, uma escola rural, uma via de acesso para escoar a sua produção e, principalmente, responsabilidade que ele lhe deve de um reajuste. Um reajuste, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não mensal, nem semanal, um reajuste diário no que ele produz, porque depois que o produto sai da lavoura, até chegar à mesa do consumidor, sobe diariamente, sem que ele participe deste reajuste.

Ontem estávamos preocupados com o reajuste dos salários dos funcionários públicos, certamente tão vilipendiado e miserável quanto ao preço pago ao produto agrícola e a Oposição estava feliz, as galerias repletas. A cada público, ela tem um discurso encomendado pelos aplausos da galeria presente. E quem não gosta de ser aplaudido, Senhor Presidente, Senhores Deputados?

Por outro lado, o povo vilipendiado precisa aplaudir, precisa desses momentos, até como uma forma de aliviar o seu sofrimento. Infeliz o povo que sofre toda sorte de espoliação e não tem oportunidade de manifestar e de abafar a sua dor, seja em atos públicos, seja no campo de futebol.

Talvez seja por isso, Senhor Presidente que o movimento religioso que mais cresce nos países pobres da América Latina, é o pentecostecismo, evangélicos ou

fundamentalistas como queiram chamá-los, que têm à frente como pastor, não um cristão novo ou um novo cristão, mas sim um cristão brabo, um cristão brabo que quanto mais ele xinga, quanto mais ele grita e esbraveja e sapateia diante da televisão, da igreja eletrônica, quanto mais ele esbraveja contra o poder do demônio, mais o povo delira. Ontem, a exemplo dos cristãos brabos, tínhamos muita gente braba nas tribunas desta Casa.

O demônio a ser exercizado era o Governador Álvaro Dias, era o culpado de toda a sorte ou má sorte do povo paranaense, brasileiro, do povo do terceiro mundo ou do mundo dos dois terços como queiram chamá-lo. Era o óvulo de toda a ira, o ódio e principalmente o ódio dos que em passado recente sentavam-se à sua mesa. Aliás, umas das características dos recém-convertidos nesses novos movimentos religiosos, é a sua revolta contra tudo aquilo que lembra o seu passado de pecador e que querem ver apagado ou consumido pelo tempo.

Talvez eu não seja muito feliz, Senhor Presidente e Senhores Deputados, na comparação, mas me arrisco a dizer que é semelhante ao que tomou um porre de vinho na véspera e, no dia seguinte, diante do mal estar, se revolta contra o vinho. Mas, nem por isto deixará de apreciar a um bom vinho, tomado com moderação. É claro que os efeitos do vinho são menos prolongados que os efeitos do ópio do povo que têm uma duração tão prolongada, que o arrependimento quase sempre chega tarde.

Quando lutamos pela derrubada da ditadura, do autoritarismo neste País e proclamamos a História do Brasil para retomarmos as liberdades democráticas, não queríamos, Senhor Presidente, apenas oferecer ao povo um espaço para desabafar seu sofrimento através das manifestações de massa, também, queríamos oferecer um espaço para que se organizasse e se pudesse chegar a uma outra democracia, a econômica e social. Pois estaríamos apenas oferecendo uma válvula de escape à opressão instalada do regime econômico em que vivemos.

Queremos, isto sim, Senhor Presidente, abrir um espaço para que o povo se organize e participe na mudança de um regime econômico, o regime econômico da espoliação para uma democracia não só política, mas principalmente econômica e social para o qual a liberdade política é fundamental.

Agora, se quisermos dispersar a liberdade política conquistada e presente em nosso meio para orquestrar, apoiar todo e qualquer tipo de manifestação, seja corporativista, classista, não importa de onde provenha qual foi a real intenção da iniciativa, seja da direita ou da esquerda, seja um ato de desforra ou de provocação nunca chegaremos a definir critérios sé-



cio-econômicos para as mudanças fundamentais do atual modelo econômico espoliador da nossa sociedade.

Estaremos sempre a reboque dos que habilmente se infiltram em agremiações partidárias - hoje bastante coloridos, diga-se de passagem -, em momento a decisão crucial se agrupam em forma de centrão, em forma de alianças democráticas e assim por diante. E os discursos sucumbem no vazio de retórico romântica ...

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS - Na seqüência, Deputado ... lírica fantasiosa, entusiasta, mas pobre em efeitos práticos.

A democracia, então, serviu apenas para que o sistema capitalista espoliador encontrasse um meio para diluir o ópio e desviar a atenção das suas raízes desumanas. Ou, no mínimo, encontrou um respiradouro para oxigenar seus pulmões e aliviar-se do sufoco do odor, da podridão por ela emanada. E, assim, superado o sufoco, voltam num rompage, batendo no peito dizendo, não estávamos certos. Estão verdo? Eu disse que isso não funcionava.

Mas nós queremos, isto sim, Senhor Presidente, e nem a Oposição não quer isso, a Oposição mais conseqüente, ontem tão agitada.

Por isso queremos trazer aqui a outra face da realidade da agricultura sem a qual não haverá ICM.

Sabemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, que a situação na área agrícola não é das melhores. As esperanças estão se esvaindo, as dívidas daqueles que esperavam um bom preço estão cada vez maiores.

Enquanto isso, o Governo, devido à falta de uma política agrícola séria, vai engodando a opinião pública. O custeio para o plantio da safra agrícola continua demorado, o do trigo que já está plantado, ainda mais de 70%, nem sequer receberam o seu custeio e podia se utilizar dele. Na verdade existem dois pesos e uma medida, a medida do juro a pagar...

O Sr. Edmar Luiz Costa- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS - Nobre Deputado eu devo ainda conceder, democraticamente, um pequeno espaço do nosso pronunciamento ao Deputado Hermas Brandão. Então, Senhor Presidente, interrompo o meu discurso, voltarei amanhã no espaço que Vossa Excelência me conceder para dar continuidade à análise da situação difícil que se encontra o pequeno agricultor e que forma os alicerces.

Eu peço perdão, Deputado Edmar Luiz Costa, por não haver tempo, mas amanhã voltaremos ao assunto. Eu então deixaria o restante do espaço, Senhor Presidente, ao Deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência estará inscrito no Grande Expediente de amanhã, em primeiro lugar.

Concedo a palavra ao Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Há alguns dias atrás tomamos a decisão de assumir uma posição de independência em relação à Bancada do PMDB, numa atitude que embora pessoal e de convicção própria, foi seguida por outros companheiros, certamente levados por razões semelhantes.

Como passo seguinte, queremos anunciar de público desta tribuna parlamentar, a nossa desfiliação do PMDB, ao qual fomos filiados desde a sua fundação, a qual já estamos encaminhando regularmente junto ao Diretório do nosso Município, a nossa desfiliação.

Da mesma forma, já apresentamos à Executiva Estadual do Partido o pedido de afastamento definitivo e irrevogável do cargo de Tesoureiro do Diretório Regional. Nenhuma decisão desta importância na vida do político e do homem público é tomada de imediato, não pode e nem deve ser uma atitude refletida de causa momentânea. É, sim, a decisão última: pensada, analisada e discutida com as pessoas, grupos, lideranças e companheiros de lutas e trabalho.

Chegamos a esta resolução depois de analisarmos o passado, reavaliando o presente e refletindo sobre o futuro. Para o homem público, o político, o parlamentar, quando as circunstâncias começam a criar dificuldades para o exercício do trabalho pelo povo e pelos municípios que nos elegeram, é chegada a hora de repensar a realidade.

Sentimos a falta de sintonia do Governo com os nossos propósitos e com o nosso trabalho de representante de uma considerável e importante região do Paraná. Notamos que não bastaria a identidade partidária para que pudessemos ter o apoio na busca de melhoria para os nossos municípios e sua gente. Portanto, não haveria mais razão para a manutenção desse vínculo partidário.

Assistimos, em todos os níveis, uma descaracterização do PMDB, descaracterização esta prejudicial ao trabalho que deveria ser realizado e que concorre para o desgaste da imagem do partido. Ao abandonar as linhas mestras de seu programa, o Partido passou a não realizar o que histo-



ricamente defendeu e pregou; passou a assumir posições que sempre combateu. Diante disto e na frustração partidária, o dever de consciência impunha a revisão da posição de filiação.

Ademais, a lealdade, o companheirismo, o respeito e a admiração pelos companheiros que nos lançaram na política também indicavam a necessidade do corte do vínculo com a sigla peemedebista. Companheiros, amigos, lideranças notáveis, como José Richa, Jayme Canet, como João Elísio, e também outros companheiros, que sempre nos apoiaram já tomaram a decisão de deixar o partido e hoje estão desligados do PMDB. Nada mais justo e coerente do que seguirmos o mesmo caminho.

Estas são - Senhoras e Senhores Deputados - as razões que desejaríamos aqui expor, para esclarecer a nossa decisão de deixarmos a sigla peemedebista.

Cumpre-nos agradecer o apoio e a compreensão que nossos companheiros sempre demonstraram, durante esta convivência partidária. Ficaremos agora livre de compromissos partidários para repensar o momento político e tomar a decisão de seguir outro caminho, ingressar em outra agremiação cujo programa e atuação identifiquem-se com o nosso pensamento. A luta continua, posto que o dever do homem público e do parlamentar principalmente, é continuar lutando pelo seu povo, pelos seus municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa ouviu com atenção o pronunciamento do Deputado Hermas Brandão e quer manifestar ao ilustre companheiro, amigo e colega, a sua simpatia pelo ilustre homem público e lamentar que o Deputado Hermas Brandão nos deixe, ainda no PMDB.

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu não entendi. O Deputado

Lindolfo Júnior também está de licença do Partido? O requerimento que é do Deputado Lindolfo Júnior?

Desculpe, Sr. Presidente, pensei que era licença do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nº 206/86, 58/87 e 133/87, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando a inclusão na ordem do Dia do Projeto de Lei nº 271/86, que cria o Município de Pinhais. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de Ouro Verde do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Toledo e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 93, de 03.09.86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 206/86

P A R E C E R:

O presente plano de lei tem por finalidade erigir à categoria de Município o Distrito Administrativo de Ouro Verde do Oeste, desmembrado do Município de Toledo.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local acorreu às urnas para, maciçamente, externar sua aprovação à criação do novel Município.

Retorna, agora, o projeto a esta Comissão, a fim de receber o necessário parecer.

Assim sendo, cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais, inexistindo óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

AO PROJETO DE LEI Nº 206/86

Art. 1º - Fica criado o município de OURO VERDE DO OESTE, sediado na localidade de Ouro Verde, com território desmembrado do Município de Toledo, e divisas seguintes:

"Começa na foz do Rio Santa Quitéria

no Rio São Francisco, sobe por este até a foz do Lageado Pindorama ou Arroio Ivo, pelo qual sobe até sua nascente, deste ponto por uma linha seca no sentido Sudeste até o entroncamento da PR-585 com a estrada Municipal a qual liga a BR-585 com o Distrito de Ouro Verde, deste ponto segue pela referida PR-585 no sentido Vera Cruz do Oeste até o cruzamento com o Rio Santa Quitéria pelo qual desce até sua foz no Rio São Francisco; ponto de partida".

O memorial descritivo do Perímetro Urbano é o seguinte:

"Parte do cruzamento da rua Alasca com a Avenida Estados Unidos segue por esta, limitando com as chácaras de nº 4, 5, 6 e 7, seguindo daí pela divisa entre as chácaras 7 e 8 até a cabeceira do Córrego Mandaguari pelo qual desce até encontrar em sua margem direita a divisa entre as chácaras 9 e 10 pela qual segue a estrada vicinal, segue por esta em direção à Vila até encontrar a divisa entre as chácaras 19 e 20 pela qual segue até encontrar o Córrego Comprido subindo por este até encontrar em sua margem direita a divisa entre as chácaras 21 e 22 pela qual segue até encontrar a estrada de rodagem a Toledo, segue por esta em direção à Vila, confrontando com a chacara nº 23, até encontrar a Rua Presidente Vargas pela qual segue em direção geral Sul, até encontrar a Rua Mauá, segue pela mesma, confrontando com as chácaras de nº 24 a 28, seguindo daí pela divisa Oeste desta última (nº 28) até encontrar o Córrego Alvorada e a divisa Norte da chacara nº 30, segue por esta em direção Oeste até encontrar a Rua Trinidad, daí seguindo pelas Ruas Trinidad, Salvador, Porto Rico e Alasca até a Avenida Estados Unidos, ponto de partida desta descrição".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 04.08.87.

(a) SABINO CAMPOS

Apoiamento: Haroldo Rodrigues Ferreira, Raul Lopes, Nereu Carlos Massignan, Dirceu Manfrinato, Lauro Lobo Alcantara e José Felinto.

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta emenda substitutiva, por sugestão do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná (ITCF), com a finalidade e corrigir o memorial descritivo do projeto original, tendo em vista que as divisas do novo município cortariam dezenas de propriedades, provocando assim enormes transtornos. Além disso, este novo memorial descritivo está descrito no sentido horário, conforme convenção, o que não acontecia no memorial anterior.

58/87, de autoria dos Deputados ANTÔNIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE e GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de Lindoeste, com território desmembrado do município de Cascavel, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 44, de 06.05.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 058/87

P A R E C E R.

O presente plano de lei tem por finalidade erigir à categoria de Município o Distrito Administrativo de Lindoeste, desmembrado do Município de Cascavel.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local acorreu às urnas para, maciçamente, externar sua aprovação à criação do novel Município.

Retorna, agora, o projeto a esta Comissão, a fim de receber o necessário parecer.

Assim sendo, cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais, inexistindo óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, de acordo com Emenda Substitutiva por nós apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 058/87

Art. 1º - Fica criado o município de LINDOESTE, com território desmembrado do Município de Cascavel, sede na localidade do mesmo nome e divisas abaixo descritas:

"Começa no marco divisório das glebas 2 e 3, na margem esquerda do Rio Gonçalves Dias, descendo por este Rio até a divisa intermunicipal Cascavel - Capitão Leônidas Marques, deste ponto segue em direção Leste e sempre por esta divisa seca, até o Rio Andradá, segue daí pela margem direita, até o marco divisório das glebas 5 e 2, deste ponto segue em direção Oeste pelas divisas destas glebas, até encontrar o Rio da Paz, subindo por este rio, margem direita, até encontrar novamente o marco divisório das glebas 2 e 3, seguindo daí em direção Oeste, por essa divisa seca, até o Rio Gonçalves Dias, ponto inicial da demarcação."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 30.05.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

**JUSTIFICATIVA:**

As lideranças dos municípios limítrofes se reuniram e apresentaram, em comum acordo, esta nova divisa, que, vale salientar, não altera substancialmente a área pretendida para o novo município de Lindoeste.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/87, de autoria dos Deputados ANTÔNIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE, GERNOTE KIRINUS e outros, que cria o Município de Santa Tereza do Oeste, com território desmembrado dos municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, com sede na localidade de Santa Tereza, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77, de 03.08.87).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 133/87**

P A R E C E R.

O presente plano de lei tem por finalidade erigir à categoria de Município o Distrito Administrativo de Santa Tereza do Oeste, desmembrado dos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local correu às urnas para, maciçamente, externar sua aprovação à criação do novel Município.

Retorna, agora, o projeto a esta Comissão, a fim de receber o necessário parecer.

Assim sendo, cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais, inexistindo óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, nos termos da emenda substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
 HOMERO OGUIDO - Relator

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**

**AO PROJETO DE LEI Nº 133/87**

Art. 1º - Fica criado o município de SANTA TEREZA DO OESTE, com território desmembrado dos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, com sede na localidade de Santa Tereza, que passa a denominar-se Santa Tereza do Oeste, com as seguintes divisas:

"Começa às margens da BR-277, na nascente do Rio Butu, pelo qual desce até o ponto de divisa entre os lotes 161-162, e posteriormente pela divisa entre os lotes 38-37, atingindo aí o Rio São Francisco Falso Braço Norte, divisa dos lotes 3-5 da Gleba nº 3 da Colônia São Francisco e por esta linha de divisa até a divisa dos lo-

tes 2-4 da mesma Gleba, pela referida divisa até alcançar o Arroio Vital Brasil, subindo por este pela sua margem esquerda até a divisa dos lotes 10-11 da Gleba nº 3 da Colônia São Francisco, e por esta divisa até encontrar a estrada OT-338, seguindo por esta estrada até a divisa dos lotes 22-23, da Gleba nº 3 da Colônia São Francisco, seguindo pela linha divisória dos referidos lotes até alcançar o Rio Central, subindo por este Rio até a foz do Córrego Separação, descendo por este Córrego até alcançar a estrada OT-103, e por esta estrada até alcançar o Rio São Francisco, por este abaixo até a foz do Rio São Martin ou da Casa, por este acima até sua nascente de onde segue por uma linha seca sentido Sudoeste até encontrar o Rio Central e por este acima até sua nascente direita, de onde por uma linha seca alcança a cabeceira do Córrego Saltinho e por este Córrego descendo pela sua margem direita até a foz do Arroio Formoso, subindo pelo Arroio Formoso pela sua margem esquerda até a foz de seu primeiro afluente pela margem direita e por este Córrego em direção à sua nascente, e daí em linha reta até a nascente do Córrego pela sua margem direita até encontrar o Rio da Paz subindo por este rio, margem direita, até encontrar o marco divisório das glebas 2 e 3, seguindo daí em direção Oeste, por essa divisa seca, até o Rio Gonçalves Dias e por este Rio acima até a foz do Córrego Jumelo, e por este Córrego pela sua margem esquerda até sua nascente, de onde alcança a BR-277 pela qual segue em sentido Foz do Iguazu até confrontar a cabeceira do Rio Butu; ponto de partida.

**MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE**

- ao Norte, com o ponto de partida na Quadra nº 134, pela BR-277, em direção Oeste até encontrar a Quadra nº 1; daí em direção Sul, pelo Rio Gonçalves Dias, descendo até a confluência do Arroio Melo Nunes, por este a Leste até encontrar a estrada que vai a Capanema; daí até a quadra nº 224 em linha reta a Este até a quadra nº 227, por esta em rumo Norte até a Quadra nº 183; a Este novamente até a Quadra nº 213, partindo daí, em rumo Norte, até o ponto de partida."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 30.05.89.

(a) HOMERO OGUIDO

**JUSTIFICATIVA:**

As lideranças dos municípios limítrofes se reuniram e apresentaram, em comum acordo, esta nova divisa, que, vale salientar, não altera substancialmente a

área pretendida para o novo Município de Santa Tereza do Oeste.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 279/88, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que dá nova redação a Lei nº 8060, de 26.12.84, que declara de Utilidade Pública a Associação de Colaboradores do Centro de Reabilitação Sydney Antônio ACCRESA, que passa a denominar-se ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA - ASTRAU. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 319/88, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DOS AMIGOS DO NÚCLEO CRISTO REI, com sede e foro no Município de Guarapuaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 05/89, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO TALENTO MUSICAL DO PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 19/89, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS KATÁ SHUBU-DÔ-RYU, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 22/89, de autoria do Deputado Elmar Luiz Costa, que declara de Utilidade Pública a APAM- ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO À MENINA, de Ponta Grossa- Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 53/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE HANDEBOL, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto nº 71/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE JARDIM ALTO DA

CRUZ III, com sede em Colombo e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto nº 77/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA FARMÁCIA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 91/88 (Mensagem nº 82/88- ex-Proposição nº 77/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Cruzeiro do Sul e Palmeira, em data de 31.05 e 07.04, do corrente ano, respectivamente, objetivando o primeiro desenvolver programa regional de combate à formiga e ampliar o viveiro municipal de mudas de café e essências florestais, e o segundo a promover ações de integração e aperfeiçoamento do jovem do campo. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 92/88 (Mensagem nº 83/88- ex-Proposição nº 78/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, com os objetivos que especificam. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 93/88 (Mensagem nº 93/88, ex-Proposição nº 90/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprovam os Convênios, datado de 18 de julho do corrente ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros na região metropolitana de Curitiba, com vistas a propiciar energia elétrica a beneficiamento de baixa renda, através dos serviços da COPEL, nos moldes da Campanha de Ligação de Consumidores- CLIC URBANO. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 94/88 (Mensagem nº 94/88- ex-Proposição nº 91/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da

Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprovam os Convênios celebrados em 14 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Processamento de hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 327/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Campina do Simão, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 124, de 1º. 12.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AO PROJETO DE LEI N° 327/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, da lavra do Deputado Cândido Bastos, objetiva seja declarada de Utilidade Pública, a Associação Comunitária de Campina do Simão, com sede e foro no Município de Guarapuava.

A proposta encontra-se devidamente instruída em consonância com a legislação específica, ou seja, lei n. 6998, de 10 de janeiro de 1978, razão porque não encontra óbices que possam obstacular sua normal tramitação por esta Casa de Leis, bem como, merecer sua aprovação.

Sendo assim, o parecer lhe é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 16/89, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 03, de 02.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 16/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nestor Baptista, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Nossa Senhora da Paz, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental

à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 34/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE INQUILINOS, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 07, de 13.03.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 34/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Felinto, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Inquilinos, com sede e foro em Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 02.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 88/89, de autoria do Deputado NEIVO BERLALDIN, que declara de Utilidade Pública a CASA DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRA DE CURITIBA - CENIBRA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 24 de 19.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 88/89

P A R E C E R:

Analisando as peças que instruem o Projeto de Lei n° 088/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, verifica-se que atendem as disposições da Lei n° 6994/78, de 10 de janeiro de 1978, com as modificações introduzidas pela Lei n° 8589/87, de 22 de outubro de 1987.

Está em condições portanto, de tramitar para ser discutido e deliberado pelo Plenário desta Egrégia Casa de Leis.

O parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é Favorável.

Sala das Comissões em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

JOÃO ARRUDA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 99/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Educacional Nossa Escola, com sede e foro no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 27, de 25.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AO PROJETO DE LEI N. 099/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, objetiva o presente plano lei declarar de Utilidade Pública a Sociedade Educacional Nossa Escola, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

Sobre a mesa, requerimento de n. 986, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1005, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1009, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1033, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1011, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 997, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 987, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 988, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de n° 989, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 990, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 991, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 992, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 993, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 994, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 995, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Lossso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 996, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 999, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1000, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1001, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1004, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1006, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1007, de autoria do Sr. Deputado Namlr Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1012, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1013, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.



Requerimento de nº 1014, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1015, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1016, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1017, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1018, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1019, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1020, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1021, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1022, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1023, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1024, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1025, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1026, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1027, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1028, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1029, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1030, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1031, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1002, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa decidirá na sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 01, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 279 e 319/88, 05, 19, 22, 53, 71 e 77/89, e dos Projetos de Resolução nº 91 a 94/89.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 206/86, 58, e 133/87, 327/88, 16, 34, 88, e 99/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 121/86, 91/89, 271/86 e 31/89.

Levanta-se a sessão.